

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder as seguintes questões.

TEXTO

Caminhos alternativos

Pensar a mobilidade exige alternativas de inserção segura e confortável de todos na dinâmica da cidade.

José Carlos de Souza

Mobilidade urbana é um conceito que essencialmente se refere à ideia de deslocamento de uma pessoa de um ponto a outro da cidade. Numa abordagem mais ampla, ele ainda abrange o conjunto de aspectos que determinam as circunstâncias em que esse deslocamento se realiza: infraestrutura, gestão de trânsito, segurança. No entanto, a forma como esse conceito vem sendo problematizado, em razão do desafio em que se transformou o deslocamento das pessoas nos grandes centros urbanos, exige uma ampliação de seu significado.

O crescimento desordenado das cidades brasileiras, o adensamento populacional dos grandes centros urbanos, a priorização do carro em detrimento das alternativas de transporte coletivo e a falta de investimentos na infraestrutura viária criaram nos últimos anos um cenário caótico no que diz respeito ao deslocamento das pessoas.

Nos últimos dez anos, grande parte da população dobrou o tempo necessário para ir e vir do trabalho. O resultado é menos tempo para o lazer, para a educação, para o convívio com a família e amigos: uma verdadeira circunstância de exclusão social.

O preço pago pela sociedade por essa situação desastrosa em que se transformou a questão da mobilidade urbana é algo difícil de dimensionar, mas não há dúvidas de que, se nada for feito, a situação ainda pode piorar. Daí, o motivo pelo qual a discussão sobre mobilidade urbana precisa ser realizada com seriedade e urgência tanto pelas autoridades quanto pelo cidadão comum.

Pensar mobilidade urbana vai muito além de restringir a circulação de automóveis, ampliar o número de ciclovias ou de linhas de metrô, de priorizar o transporte coletivo em detrimento do particular.

Significa também encontrar alternativas de inserção segura e confortável de todas as pessoas na dinâmica da cidade, oferecendo múltiplas possibilidades para que elas possam ocupar o espaço público e por ele circular, transformando esse processo numa experiência rica de interação e integração social.

Esse talvez seja o sentido mais profundo que o conceito de mobilidade urbana deva ganhar,

enriquecendo o próprio significado que se possa atribuir à ideia de urbanidade e cidadania.

(extraído de <http://www.cartaeduacao.com.br/aulas/caminhos-alternativos/15.10.2015>)

QUESTÃO 01

O autor atribui uma circunstância de exclusão social a:

- A circulação de automóveis, a ampliação de ciclovias e de linhas do metrô.
- O tempo gasto em deslocamento em detrimento do tempo dedicado ao lazer, ao convívio familiar.
- O alto custo do investimento financeiro no lazer familiar.
- A falta de seriedade na abordagem do problema de mobilidade urbana.
- O crescimento desordenado das cidades brasileiras.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa cujo verbo tenha a mesma regência que o verbo destacado no trecho: “Mobilidade urbana é um conceito que essencialmente se refere à ideia de deslocamento de uma pessoa de um ponto a outro da cidade”:

- Admirávamos sua dedicação às causas sociais.
- Ela, durante o discurso, fez alusão à ideia do colega.
- Meus comentários aludiram à herança genética de seu pai.
- Ela era favorável à ideia de viajar pelo mundo.
- Agradei o presente a meu pai.

QUESTÃO 03

O período “No entanto, a forma como esse conceito vem sendo problematizado” transposto para a voz ativa teria a seguinte re-escritura:

- No entanto, a forma como problematizam esse conceito.
- No entanto, a forma como vem problematizando esse conceito.
- No entanto, a forma como vêm problematizando esse conceito.
- No entanto, a forma como veem problematizando esse conceito.
- No entanto, a forma como veem problematizado esse conceito.

QUESTÃO 04

No trecho “O preço pago pela sociedade por essa situação desastrosa em que se transformou a questão da mobilidade urbana é algo difícil de dimensionar, mas não há dúvidas de que, se nada for feito, a situação ainda pode piorar”. A colocação pronominal está correta assim como está na alternativa:

- a. Tais palavras não dizem-se aos pais.
- b. Se o vê chegar, ela se empertiga e ergue-se da cadeira.
- c. Tenho tornado-me grande defensor das causas sociais.
- d. Hoje discute-se muito sobre mobilidade urbana.
- e. Aluguei uma casa para mim morar.

QUESTÃO 05

O emprego do acento indicador de crase no trecho “Esse talvez seja o sentido mais profundo que o conceito de mobilidade urbana deva ganhar, enriquecendo o próprio significado que se possa atribuir à ideia de urbanidade e cidadania” dá-se para marcar a fusão da preposição “A” com o artigo definido “A”. A exigência da preposição se faz por:

- a. O nome “ideia”.
- b. Os nomes “urbanidade e cidadania”.
- c. O verbo “poder”.
- d. O nome “significado”.
- e. O verbo “atribuir”.

QUESTÃO 06

No fragmento: “O crescimento desordenado das cidades brasileiras, o adensamento populacional dos grandes centros urbanos, a priorização do carro em detrimento das alternativas de transporte coletivo e a falta de investimentos na infraestrutura viária criaram nos últimos anos um cenário caótico no que diz respeito ao deslocamento das pessoas”. A grafia das palavras está correta exceto em uma alternativa. Assinale-a:

- a. Microrregião, ecossistema.
- b. Copiloto, contrarregra.
- c. Autoestima, afro-descendente.
- d. Afro-brasileiro, microssistema.
- e. Anti-higiênico, super-homem.

QUESTÃO 07

No fragmento “mas não há dúvidas de que, se nada for feito, a situação ainda pode piorar” o “que” é:

- a. Conjunção subordinativa integrante introduzindo uma oração subordinada substantiva completiva nominal.
- b. Conjunção subordinativa integrante introduzindo uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.
- c. Pronome relativo introduzindo uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- d. Pronome relativo introduzindo uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- e. Conjunção coordenativa introduzindo uma oração subordinada adjetiva explicativa.

QUESTÃO 08

Leia:

“Transformou em direito o acesso dos cidadãos à banda larga”.

“O acesso à banda larga tornou-se, pela primeira vez, um direito individual”.

O acento indicador de crase nos dois fragmentos dá-se:

- a. Por exigência da expressão banda larga e é um caso de regência nominal.
- b. Por exigência da palavra direito e é um caso de regência verbal.
- c. Por exigência da palavra acesso e é um caso de regência verbal.
- d. Por exigência da palavra cidadãos e é um caso de regência verbal.
- e. Por exigência da palavra acesso e é um caso de regência nominal.

QUESTÃO 09

A vírgula está bem colocada na alternativa:

- a. Durante o espetáculo, eles, ficavam atentos a cada movimento do ator.
- b. Ali, naquela situação não nos importava a derrota.
- c. Ele estava bastante preocupado, e poucos notavam sua preocupação.
- d. Erguia a taça, exibia seu conteúdo, e fazia um brinde à conquista.
- e. Estava lá naquela terra, isto é no país dele.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa cujas palavras devem receber acento gráfico:

- a. Heroi, prejuizo, raizes.
- b. Tipoia, veem, raiz.
- c. Silencio, feiura, creem.
- d. Espermatozoide, juizes, prejuizo.
- e. Polens, ideia, colmeia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

No que diz respeito aos Partidos Políticos é correto afirmar que:

- a. É pessoa jurídica de direito privado que defende os direitos fundamentais.
- b. É vedada a fusão e incorporação de partidos políticos.
- c. É limitada a sua autonomia para definir sua estrutura interna.
- d. É subordinado a entidades ou governos estrangeiros.
- e. É facultado ministrar instrução militar ou paramilitar.

QUESTÃO 12

Nos casos de inelegibilidade é incorreto afirmar que:

- a. Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade.

- b. Quando se tratar de candidato a Senador a arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- c. São inelegíveis para qualquer cargo os inalistáveis.
- d. Quando se tratar de candidato a Prefeito e a Vice-Prefeito a arguição de inelegibilidade será feita perante os Juízes Eleitorais.
- e. Constitui crime eleitoral arguição de inelegibilidade deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé.

QUESTÃO 13

Com o alistamento eleitoral ocorre a aquisição da cidadania. O alistamento é um procedimento administrativo, é um ato voluntário e pessoal e é obrigatório para os maiores de 18 anos. Considere as assertivas sobre o Alistamento Eleitoral:

- I. Se o juiz cancelar o título é possível ocorrer um novo alistamento.
- II. A quitação com o serviço militar não é cobrada para homens com mais de 30 anos.
- III. Aquele que passa 10 eleições sem votar tem seu nome excluído do banco de dados.
- IV. A partir dos 19 anos o alistamento é tardio, paga multa se perder alguma eleição.
- V. O documento que comprove a identificação e a nacionalidade pode ser a Carteira Nacional de Habilitação.

Estão corretas apenas:

- a. I, II e III
- b. II, IV e V
- c. III, IV e V
- d. II, III e IV
- e. I, III, IV

QUESTÃO 14

De acordo com o artigo 212 do Código Civil o fato jurídico, a que não se impõe forma especial, pode ser provado mediante:

- a. Confissão, documento, testemunha, presunção, perícia.
- b. Confissão, coação, documento, testemunha, presunção, perícia.
- c. Documento, coação, testemunha, escuta, perícia.
- d. Documento, testemunha, presunção, escuta, perícia.
- e. Confissão, documento, testemunha, escuta, perícia.

QUESTÃO 15

A Justiça Eleitoral tem uma série de procedimentos preparatórios para as eleições, os quais têm sua execução durante os dois anos anteriores ao pleito e são intensificados no ano eleitoral. São procedimentos preparatórios para as eleições, exceto:

- a. Campanhas buscando a inscrição dos eleitores.
- b. Capacitação dos magistrados.
- c. Vedação de horário gratuito de propaganda.
- d. Capacitação dos servidores.
- e. Aprovação das resoluções para as eleições.

QUESTÃO 16

A classificação dos atos processuais adotada pelo CPC é a denominada classificação subjetiva, verificando de quem emana o ato processual. Assim julgue V para verdadeiro e F para falsas:

- () Atos da parte (arts. 158-161)
- () Atos do juiz (arts. 162-165)
- () Atos do escrivão ou do chefe de secretaria (arts. 166-171)
- a. V F V
- b. F F F
- c. F V V
- d. V V F
- e. V V V

QUESTÃO 17

São órgãos da Justiça Eleitoral, exceto:

- a. O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o País.
- b. Um Tribunal Regional, na Capital de cada Estado, no Distrito Federal e, mediante proposta do Tribunal Superior, na Capital de Território.
- c. Juntas eleitorais.
- d. Juízes eleitorais.
- e. Promotores públicos.

QUESTÃO 18

Inelegibilidade é o termo que define quando um candidato não tem condições de ser eleito, neste caso a luz da legislação vigente não podemos afirmar:

- a. São inelegíveis, para qualquer cargo os inalistáveis e os analfabetos.
- b. São inelegíveis, para qualquer cargo os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais

- e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura.
- c. São inelegíveis, para qualquer cargo o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.
- d. São inelegíveis, para qualquer cargo os que não tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes.
- e. São inelegíveis, os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes.

QUESTÃO 19

O princípio da legalidade significa que:

- a. O administrador deve praticar o ato para o seu fim legal.
- b. A administração pode fazer o que a lei não proíbe.
- c. O administrador deve atuar de acordo com os padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- d. A administração pública só pode fazer o que a lei permite.
- e. Parte da descrição de um juiz natural ou constitucional, que é outorgado pelo Poder Judiciário, com as garantias pessoais e institucionais da Constituição.

QUESTÃO 20

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 as obras e serviços somente poderão ser licitados quando:

- a. Incluir bens e serviços ou fornecimento de materiais sem previsão de quantidade determinada.
- b. Existir previsão de recursos para serviços de acordo com as metas estabelecidas no plano plurianual de que trata o art. 182 da constituição federal.

- c. Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
- d. Incluir bens e serviços sem similaridade e especificações exclusivas que não correspondam aos recursos orçamentários.
- e. Houver projeto básico aprovado por um administrador.

QUESTÃO 21

No direito brasileiro, os contratos são acordos feitos com base na vontade das partes e na autorização jurídica, capazes de criar, regular, modificar ou extinguir relações jurídicas de conteúdo patrimonial. São regidos por elementos e requisitos de validade e por princípios, sendo de várias espécies. Em relação às espécies de contrato é incorreto afirmar que:

- a. O contrato de comodato é o empréstimo oneroso de coisas infungíveis.
- b. O contrato mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis.
- c. O contrato de prestação de serviço poderá ser assinado a rogo.
- d. No contrato de empreitada a obrigação de fornecer os materiais não se presume.
- e. O contrato de depósito é quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses.

QUESTÃO 22

No que concerne à suspensão e interrupção do Contrato de Trabalho vislumbra-se que:

- a. A figura da paralisação do trabalho é evidente apenas na interrupção.
- b. Na suspensão o empregado é remunerado normalmente.
- c. Na interrupção há a cessação temporária e total dos efeitos do Contrato de Trabalho.
- d. A subsistência do vínculo jurídico é visualizada na suspensão.
- e. Na interrupção do contrato o pagamento de salário não seria exigido.

QUESTÃO 23

A licitação é um processo administrativo que visa assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com o Poder Público. O procedimento licitatório deve observar os seguintes procedimentos, exceto:

- a. Moralidade.
- b. Impessoalidade.
- c. Legalidade.
- d. Publicidade.

e. Revelação das propostas.

QUESTÃO 24

Sobre a Concorrência, uma das modalidades de licitação, é correto afirmar:

- a. Versa sobre a venda de bens inservíveis para a Administração Pública, de mercadorias legalmente apreendidas, de bens penhorados e de imóveis adquiridos pela Administração por dação em pagamento ou por medida judicial.
- b. Ocorre quando se trata de concessão de direito real de uso, de obras ou serviços públicos – de engenharia ou não -, na compra e venda de imóveis (bens públicos), licitações internacionais.
- c. Necessita comprovar os requisitos para participar da licitação até o terceiro dia anterior ao término do período de proposta.
- d. Os interessados sejam cadastrados ou não, são escolhidos e convidados em número mínimo de três licitantes.
- e. Foi instituído pela lei 10520/02, e versa sobre a aquisição de bens e serviços comuns.

QUESTÃO 25

A licitação é dispensável quando:

- I. Situações de emergência;
 - II. Licitação frustrada por fraude ou abuso de poder econômico;
 - III. Contratação de grande valor;
 - IV. Intervenção no domínio econômico;
 - V. Gêneros imperecíveis.
- a. I, II, III e IV estão corretas.
 - b. I, III e V estão corretas.
 - c. I, II e IV estão corretas.
 - d. III e V estão corretas.
 - e. I, II, III, IV e V estão corretas.

QUESTÃO 26

Sobre as espécies de contratos administrativos é correto o que se afirma em:

- a. Concessão de obras públicas é o contrato administrativo pelo qual um particular se encarrega de executar e explorar uma obra pública, mediante retribuição a obter diretamente dos utentes, através do pagamento por estes de taxas de utilização.
- b. Empreitada de obras públicas é o contrato administrativo pelo qual um particular se encarrega

de montar e explorar um serviço público, sendo retribuído pelo pagamento de taxas de utilização a cobrar diretamente dos utentes.

- c. Concessão de serviços públicos é o contrato administrativo pelo qual um particular se encarrega de executar uma obra pública, mediante retribuição a pagar pela Administração.
- d. Concessão de obras públicas é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta a um sujeito de Direito Privado a utilização econômica exclusiva de uma parcela do domínio público para fins de utilidade pública.
- e. Concessão de serviços públicos é o contrato administrativo onde um particular se encarrega de montar e explorar um casino de jogos, sendo retribuído pelo lucro auferido das receitas dos jogos.

QUESTÃO 27

Sobre o contrato de prestação de serviços, é incorreto afirmar:

- a. O contrato de prestação de serviços abrange o contrato de transporte e o contrato de provimento.
- b. O contrato de transporte é o contrato administrativo pelo qual um particular se encarrega de assegurar a deslocação entre lugares determinados de pessoas ou coisas a cargo da Administração.
- c. O contrato de prestação de serviços abrange dois tipos de contrato com o mesmo objetivo.
- d. O contrato de provimento é o contrato administrativo pelo qual um particular ingressa nos quadros permanentes da Administração Pública e se obriga a prestar-lhe a sua atividade profissional de acordo com o estatuto da função pública.
- e. Os contratos de transporte e provimento são dois tipos completamente diferentes um do outro.

QUESTÃO 28

São princípios do Direito do Trabalho:

- I. Princípio da proteção;
 - II. Princípio da norma mais favorável;
 - III. Princípio da imperatividade das normas trabalhistas;
 - IV. Princípio da intangibilidade salarial.
- a. II e IV estão corretas.
 - b. I, II e III estão corretas.
 - c. I, II, III e IV estão corretas.

- d. I, III e IV estão corretas.
- e. III e IV estão corretas.

QUESTÃO 29

A respeito do Princípio da Condição Mais Benéfica, pode-se afirmar:

- a. Este princípio guarda as mesmas propriedades contidas no *princípio da norma mais favorável*, residindo a distinção no fato de que este princípio é aplicável no tocante às cláusulas do contrato, não englobando os dispositivos normativos de lei que regulam determinada situação relativa ao contrato de trabalho.
- b. Este princípio informa que deve haver prevalência das normas trabalhistas, não podendo as partes, via de regra, as afastarem mediante declaração bilateral de vontades, caracterizando, assim, restrição à autonomia das partes no ajuste das condições contratuais trabalhistas.
- c. Informa que na análise das questões relativas às relações de trabalho, deve-se observar a realidade dos fatos em detrimento dos aspectos formais que eventualmente os atestem.
- d. Este princípio guarda as mesmas propriedades contidas no princípio da proteção, já que visa atenuar a desigualdade entre as partes em Juízo, razão pela qual, engloba os demais princípios que favorecem o trabalhador.
- e. Tal princípio informa ao operador do Direito que se existirem duas ou mais normas aplicáveis ao caso concreto, dever-se-á aplicar aquela que melhor atenda aos interesses do trabalhador.

QUESTÃO 30

Quando há extinção do contrato de trabalho por prazo determinado, uma vez concluído o prazo previsto no contrato, as verbas rescisórias a serem pagas são:

- a. Indenização, férias proporcionais, 13º salário proporcional e levantamento dos depósitos do FGTS + multa de 40%.
- b. Férias proporcionais, 13º salário proporcional e levantamento dos depósitos do FGTS + multa de 20%.
- c. Indenização, férias proporcionais, 13º salário proporcional e levantamento dos depósitos do FGTS.

- d. O empregado não terá direito a nenhuma das verbas rescisórias, recebendo apenas saldo de salário; e férias vencidas, caso tenham sido adquiridas.
- e. Férias proporcionais, 13º salário proporcional e levantamento dos depósitos do FGTS.